



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER –
PL/GO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____, DE 2025
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda, a respeito de sua afirmação que o ex-presidente Jair Bolsonaro, está envolvido nas críticas ao monitoramento e fiscalização do PIX.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Fazenda, quanto a sua afirmação que o ex-presidente Jair Bolsonaro, está envolvido nas críticas ao monitoramento e fiscalização do PIX.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) O Sr. poderia detalhar de que maneira o ex-presidente Jair Bolsonaro teria influenciado diretamente as críticas ao monitoramento do PIX? Foi a postura do ex-presidente que motivou a revogação da medida ou existem outros fatores que contribuíram para essa decisão?
- 2) A revogação da medida foi uma decisão puramente técnica ou houve pressões políticas envolvidas, além das críticas do ex-presidente?
- 3) O ex-presidente Jair Bolsonaro foi, de fato, um fator determinante para a revogação, ou essa afirmação não





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER –
PL/GO

reflete a complexidade da situação, que pode envolver outros fatores, como a necessidade de balancear segurança e privacidade no sistema de pagamentos?

- 4) O Sr. pode esclarecer o que exatamente nas críticas do ex-presidente impactou a decisão do governo?
- 5) Em que medida as críticas do ex-presidente Bolsonaro se alinham com as preocupações de especialistas em segurança digital e proteção da privacidade dos cidadãos, já que a medida de monitoramento estava causando resistência tanto no governo quanto em setores da sociedade civil? Quais foram as principais objeções levantadas?
- 6) O governo tem alguma estratégia alternativa para garantir a segurança das transações por PIX, sem comprometer a privacidade dos usuários?
- 7) O Sr. considera que a revogação da medida pode ter sido uma resposta excessiva às críticas, ou foi uma ação necessária para adequar o sistema a uma realidade mais segura e transparente?
- 8) Quais medidas estão sendo tomadas para que os cidadãos se sintam seguros e possam continuar utilizando o PIX, sem se preocuparem que posteriormente novos normativos pretendam monitorar e fiscalizar esse tipo de transação?
- 9) Ao acompanhar as movimentações via Pix, a real intenção do governo seria arrecadar o imposto de renda dos trabalhadores autônomos?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER –
PL/GO

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Fazenda, entenda como relevantes, sobre o tema.

JUSTIFICAÇÃO

Primeiramente, manifestamos nossa concordância com a revogação da portaria da Receita Federal que estipulava o monitoramento e fiscalização das transações realizadas por meio do PIX.

A proteção da privacidade dos cidadãos e a manutenção da confiança no sistema de pagamentos digital são princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável do nosso sistema financeiro.

Todavia, segundo notícias¹, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou acreditar que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) estaria envolvido nas críticas ao monitoramento do Pix, que levaram o governo a revogar a medida. As declarações foram dadas durante entrevista ao programa CNN 360°.

Haddad fez a acusação sem apresentar provas concretas, vinculando Bolsonaro ao vídeo publicado pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que viralizou nas redes sociais com mais de 300 milhões de visualizações. *“Eu tenho, para mim, que o Bolsonaro está um pouco por trás disso, porque o PL financiou o vídeo do Nikolas”, afirmou o ministro.* O vídeo foi um dos principais fatores que geraram forte repercussão negativa contra a proposta de fiscalização do Pix.

Em outra reportagem², a jornalista Julia Duailibi declarou que a meta do governo Lula ao acompanhar as movimentações via Pix seria arrecadar o imposto de renda dos trabalhadores autônomos. Ao analisar o caso, Julia disse que os brasileiros que movimentassem mais de R\$ 5 mil por mês virariam alvo da Receita Federal. *“Quem não pagava imposto de renda, antes, passaria a ter de pagar”, disse. “Senão, seria sonegador. Essa é a realidade.”*

¹ <https://www.contrafatos.com.br/sem-provas-haddad-acusa-bolsonaro-de-estar-por-tras-da-crise-do-pix/>

² <https://www.contrafatos.com.br/video-jornalista-da-globonews-confessa-que-plano-do-governo-era-fechar-o-cerco-para-cobrar-imposto-dos-trabalhadores/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER –
PL/GO

Ressalta-se, que a revogação dessa medida reflete uma preocupação legítima da população com sua liberdade nas transações e a eficiência do PIX enquanto ferramenta de inclusão financeira.

No entanto, expressamos nossa preocupação em relação à essa afirmação de que o ex-presidente Jair Bolsonaro estaria envolvido nas críticas ao monitoramento e fiscalização do PIX, críticas essas que, segundo o Sr. Ministro, levaram à revogação da medida.

Pelo exposto e considerando a importância da transparência nas políticas públicas, é essencial entendermos o impacto dessa declaração e as possíveis implicações para a credibilidade das decisões do governo.

Sala das Sessões, em de , de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**

PL/GO

Apresentação: 02/02/2025 09:04:49.650 - MESA

RIC n.10/2025

